

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

CARINA DEOLINDA DA SILVA LOPES

PAULO JOVINIANO ALVARES DOS PRAZERES

RAYSSA RODRIGUES MENEGHETTI

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Carina Deolinda Da Silva Lopes; Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres; Rayssa Rodrigues Meneghetti. – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-531-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Inovação, Direito e Sustentabilidade.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Gênero. 3. Sexualidades. V Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2022 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II

Apresentação

No dia 16 de junho de 2022 foram apresentados os pôsteres na sala intitulada GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO II, coordenada pelos professores Rayssa Meneghetti, Carina Lopes e Paulo Joviniano.

Com a finalidade de manter a qualidade na realização de eventos e o comprometimento com a educação e com a pesquisa, a V edição virtual do CONPEDI, que trouxe o tema “Inovação, Direito e Sustentabilidade”, contou com uma equipe talentosa e dedicada, que não mediu esforços para que o evento fosse um sucesso nacional, mais uma vez.

A iniciativa do CONPEDI de criar o espaço de apresentação e publicação de pôsteres é incluyente e democrática, visto que foi criado para acolher os alunos de graduação, ainda em fase de iniciação científica. Esse espaço de diálogo e interlocução incentiva a oxigenação das ideias no meio acadêmico e o pensamento crítico. Vale lembrar que, educação é resistência. A educação empodera e ressignifica os conceitos e os espaços, o que torna ainda mais importante a inclusão dos graduandos neste cenário.

Após a aprovação dos trabalhos e a valiosa experiência de apresentações, que proporcionou rica troca de conhecimento entre pesquisadores de várias localidades do Brasil, passa-se à apresentação os 12 (doze) pôsteres que compõem esta publicação, com notável rigor técnico e qualidade acadêmica.

O primeiro trabalho, MASCULINIDADES E CHACINHAS: Uma análise das Chacina de Belém sob a ótica das masculinidades, do autor Francisco Assis dos Santos Neto, apresentou dados sobre as vítimas das chacinas na capital do Estado do Pará, em sua maioria pobres e negros. O propósito foi esclarecer que as masculinidades subalternas sofrem muito mais violências quando comparadas aos demais homens em situação de poder, prestígios e privilégios. As considerações finais dão conta de que os protagonistas das chacinas são majoritariamente homens, tanto os executores, quanto as vítimas.

O segundo trabalho, NECROPOLÍTICA HOMOSSEXUAL E A BANALIZAÇÃO DOS CORPOS MORTOS LGBTQ+, da autora Gabriella de Almeida Coelho, sob a orientação do prof. Vladimir Brega Filho, afirmou que o Estado está ciente da problemática de mortes da população LGBTQ+ e, ainda assim, alguns representantes emitem discursos de ódio que potencializam e legitimam a violência contra esses corpos, esmorecendo a pouca proteção e

segurança alcançada por esses grupos ao longo da história.

A terceira pesquisa, sobre O SUFRÁGIO FEMININO TARDIO E SEUS IMPACTOS NA ATUAL POLÍTICA BRASILEIRA, da autora Bruna Santana da Encarnação, visou apresentar a precariedade da representatividade feminina e o que pode ser feito para mudar esse panorama. O sufrágio feminino é o principal mecanismo das mulheres para ter os seus direitos e interesses representados na política. Há uma disparidade enorme entre o número de mulheres que votam e o número das mulheres que preenchem os cargos públicos, consequência do machismo estrutural. É essencial que o Estado promova políticas públicas para que as mulheres preencham efetivamente cargos importantes no cenário nacional.

A quarta apresentação foi sobre ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO NA JURISPRUDÊNCIA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ, das autoras Emy Hannah Ribeiro Mafra e Jessica Katharine Gomes Marques, que apresentaram dados sobre os casos de feminicídio que deixaram crianças órfãs e quais são as iniciativas estatais e o comprometimento com a assistência dessas crianças, bem como quais são as perspectivas de futuro desses órfãos. De acordo com dados, no ano de 2021 ocorreram 1319 casos de feminicídios no Brasil, ou seja, uma mulher foi morta a cada sete horas, o que justifica a importância da pesquisa.

Em seguida, OS 15 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA E A JURISPRUDÊNCIA DO STF: EM BUSCA DA EFETIVIDADE DOS DIREITOS DAS MULHERES, dos autores Talita Fernanda Oliveira Almeida e Cristiano dos Anjos Lopes, expôs que, a despeito dos avanços que visam erradicar os delitos cometidos contra mulheres, as medidas legais adotadas ainda não são plenamente efetivas para essa finalidade, o que leva à reflexão sobre a credibilidade da própria lei e das decisões judiciais proferidas nesses casos.

O trabalho sobre OS EFEITOS DA ADO 26, STF E À APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA EM FAVOR DAS MULHERES TRANS, dos autores Adriana Sant'Anna Coningham e Mário Novaes de Campos, lembrou que diversas pesquisas mostram que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ e que há profunda demanda de proteção por integrantes desses grupos. Ainda há muita fragilidade legislativa e das decisões judiciais, de modo o que viver no Brasil se torna muito nocivo para a população LGBTQIA+, especialmente para os corpos trans, sejam eles masculinos ou femininos. Há, inclusive, grande ausência de delegacias especializadas para atender essas demandas.

O trabalho seguinte provocou com a pergunta: POR QUE ELAS NÃO DENUNCIAM? O peso das dinâmicas sociais na subnotificação de casos de violência doméstica na região serrana do estado do Espírito Santo, das autoras Bárbara Lempé Alonso Scardua e Amanda Rodrigues Tonoli, sob a orientação do prof. João Vitor Gomes Pinto, apresentou, como

resposta à pergunta, que o medo das mulheres permeia as relações sociais, apesar da insatisfação do posicionamento machista na sociedade, o que demanda uma reforma estrutural. Via de regra, as denúncias levam à estigmatização e à revitimização pelas próprias autoridades e familiares. Ademais, pela falta de conhecimento, as mulheres da região pesquisada entendem como violência doméstica apenas as agressões físicas.

A pesquisa REFLEXÕES E URGÊNCIAS ACERCA DA EFETIVA GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO DIREITO À SAÚDE PARA MULHERES: análise a partir do fenômeno da pobreza menstrual, da autora Isadora Lage Carvalho, sob a orientação do prof. Thiago Allisson Cardoso De Jesus, ensinou que, apesar das garantias constitucionais e internacionais e da responsabilização dos entes federativos no que tange ao direito à saúde, o sistema de saúde exclui populações vulneráveis. O trabalho apresentou exemplo da referida exclusão em razão do gênero: a ausência de atenção às necessidades básicas de saúde das mulheres, que gerou o conceito de “pobreza menstrual”. O problema engloba, além da falta de absorvente, outros itens de extrema necessidade à saúde e higiene, e, muitas vezes, até mesmo a falta de água. Além de se tratar de uma questão de gênero, é também um problema socioeconômico que afeta sobremaneira as mulheres mais pobres.

Logo após, foi apresentado o trabalho acerca da SAÚDE INTEGRAL DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: desafios no acesso ao SUS no município de Petrópolis/RJ, do autor Kevyn Batista Vilians. Os resultados foram alcançados especialmente a partir de entrevistas com profissionais que trabalham diretamente com a população trans no município de Petrópolis/RJ. Evidenciou-se um despreparo técnico nas equipes de saúde, bem como falta de apoio institucional de gestores públicos na criação e divulgação de protocolos de atendimento.

A inovadora pesquisa sobre a TEORIA ECOFEMINISTA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL E NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS, dos autores Júlia Lourenço Maneschy e Murilo Amaral Feitosa, ensinou que o termo surgiu através de um movimento feminista na França, em 1970, com o intuito de apontar a existência de uma dominação do homem sobre a mulher e a natureza. Os pesquisadores apresentaram casos que ocorreram no Brasil, que provocam um desequilíbrio significativo de papéis de homens e mulheres na natureza e demonstraram que as formas de domínio e violência se perpetuam e remontam modelos de colonização americanos que ratificam a inferiorização das mulheres.

Em seguida, foi apresentada UMA ANÁLISE DOS (DES)CAMINHOS TRAÇADOS PELA COMUNIDADE LGBTQ+ EM UMA PERSPECTIVA DE UTOPIA DA DEMODIVERSIDADE, da autora Camila Maria Amorim Galvão de Magalhães, sob a orientação do prof. Thiago Allisson Cardoso De Jesus. A autora explicou que a demodiversidade é um conceito trazido por Boaventura de Sousa Santos e trata-se de uma proposta de democratização da democracia, visto que, via de regra, a democracia não alcança

a todos e que as minorias e grupos vulneráveis muitas vezes não estão efetivamente incluídos no paradigma democrático. No caso das comunidades LGBTQ+ existe a naturalização do discurso de ódio, seguida de evidente corrupção do sistema de punição dos agressores. A participação efetiva dessa comunidade da construção da democracia seria capaz de minimizar as violências e os riscos sofridos.

Por fim, o trabalho intitulado CÓDIGO COVID-19: a violência doméstica contra a mulher em tempo de pandemia, da autora Juliete Da Cunha Duarte, abordou a questão das diversas formas de violência contra a mulher nos espaços de suas relações e o significativo aumento em relação ao momento pandêmico que vivemos, abordando com ênfase nos diversos códigos e formas de comunicação que foram viabilizados para denunciar a violência doméstica.

Os autores usaram, como referências para a construção de seus textos, grandes nomes da literatura jurídica nacional e internacional, além da interdisciplinaridade com profundas obras de filosofia, sociologia e outros. Todos os pôsteres apresentados evidenciam o brilhantismo e a preocupação dessa geração de pesquisadores com problemas contemporâneos, o que certamente garante à comunidade científica uma ótima leitura do material publicado.

Profa. Rayssa Rodrigues Meneghetti – Universidade de Itaúna (UIT/MG)

Profa. Carina Deolinda da Silva Lopes – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)

Prof. Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres – UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco

NECROPOLÍTICA HOMOSSEXUAL E A BANALIZAÇÃO DOS CORPOS MORTOS LGBTQ+

Vladimir Brega Filho¹
Gabriella de Almeida Coelho

Resumo

Introdução:

“A função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (Mbembe, 2018 p.18). Com esse pensamento de Achille Mbembe, podemos entender o seu conceito de necropolítica, denominada como o poder do Estado de ditar de forma desarmônica sobre quem pode viver e quem deve morrer, e como essa política se assemelha com a distribuição de corpos mortos LGBTQ+. A homossexualidade nunca foi vista com bons olhos perante a sociedade, levando em consideração que só no ano passado (2021), a cada 29 horas uma pessoa LGBTQ+ perdia a vida no Brasil. Esse fato coloca em questão a garantia mínima dos direitos fundamentais e a segurança dessas minorias, visto que são alvos apenas por suas orientações sexuais, seus gêneros ou pela simples forma de ser/agir. Dessa forma, é notório o fato de que os direitos humanos desses indivíduos, no Brasil, não são assegurados.

O Estado não apenas falha na proteção social e garantia mínimas dos direitos desses grupos, mas também contribui para a execução deles, visto que o atual Presidente da República tem um discurso de ódio contra esse grupo, como a “brincadeira” onde ele diz que iria virar “boiolo” por tomar um refrigerante cuja lata era cor de rosa ou sua fala de que “ninguém gosta de homossexuais, a gente suporta” de acordo com uma reportagem que deu na época em que ainda era deputado federal. O mesmo fato ocorreu no Rio de Janeiro, onde o presidente do TJ-RJ mandou recolher todos os quadrinhos que continham um beijo entre dois homens, com a justificativa de que precisavam avisar que tais quadrinhos obtivessem de conteúdos “impróprios”. Dessarte que tanto o Poder Executivo quanto o Judiciário estão contribuindo para a não aceitação e o aumento dos corpos mortos. O Poder Legislativo também incentiva essa política da morte e renega os direitos dessa minoria, tendo em vista que quase não se tem projetos para a inclusão dessa comunidade, já que as pautas dessa minoria passam bem longe do Congresso Nacional. Um grande exemplo é o Projeto de Lei 5002/2013, denominada como PL do João Nery, Lei de Identidade de Gênero, que recebeu esse nome com base no primeiro homem trans no Brasil a fazer uma cirurgia de transgenitalização. No entanto, apesar do projeto ter recebido na Comissão de Direitos Humanos da Câmara um parecer favorável, ele foi arquivado. Dessa maneira, os três Poderes da República contribuem com essa

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

necropolítica homossexual, retirando-lhes direitos mínimos em especial de identidade.

Dessa forma, tais atos preconceituosos permitem que as pessoas sejam cada vez mais intolerantes e tornem “justificáveis” as mortes dos LGBTQ+, tornando-os cada vez mais como o corpo feito para morrer. E assim, se encaixa na política da morte desenvolvida por Mbembe, a qual o Estado está a par de tudo e auxilia, escolhendo quem deve viver e quem deve morrer, nas palavras do autor é “Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2018, p.5).

Problema de pesquisa:

O problema da pesquisa está ligado à banalização da morte de pessoas LGBTQ+, e a forma como o Estado, pela manifestação formal ou informal de seus agentes, contribui para a produção dessas mortes e se as ações dos agentes que compõem o Estado se enquadram na necropolítica de Achille Mbembe.

Objetivo:

O objetivo da pesquisa é ilustrar e entender a ocorrência da necropolítica na população brasileira, a qual está envolvida principalmente no descarte e banalização dos corpos LGBTQI+.

Método:

Para a presente pesquisa foi empregado o método dedutivo, do qual partiu de uma premissa geral, o entendimento e estudo da necropolítica, para uma premissa específica, sendo a ligação entre a produção e o auxílio de cadáveres pelo Estado com o assassinato e homofobia de pessoas LGBTQIA+. Para tal pesquisa foi utilizado o estudo da bibliografia de Achille Mbembe que foi o criador do termo “necropolítica”, junto com os dados de mortes de pessoas homossexuais no Brasil e ações preconceituosas por parte do governo que auxilia ainda mais nessa política de morte, a fim de comprovar a necropolítica no Brasil.

Resultados alcançados:

Achille Mbembe criou o termo necropolítica para explicar a forma como o Estado usa a sua soberania para justificar a produções de mortes, de forma que segundo ele “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (2018, p.41). O autor ainda explica que o estado de exceção junto com a relação de inimizade permite o direito de matar, e essa ficção de quem é o inimigo subdividem as pessoas em grupos, os quais definem quem pode viver e quem deve morrer.

“O mínimo existencial que se pode considerar lugar comum para a maioria das pessoas é negado às trans. Elas não têm o direito de ser e nem de existir. Isso demonstra que existe um racismo de Estado frente essa população que é exercido pela necropolítica e seus aparatos” (BOMFIM et al, 2019, p.164). Este pensamento, somado às ideias de Mbembe, nos mostra que a comunidade LGBTQ+ é o corpo feito para morrer, o corpo “descartável” e que conseqüentemente nem a sociedade e nem o Estado se dá a atenção suficiente a essas classes mais vulneráveis, tendo em vista que segundo a Aliança Nacional LGBTQ+ junto com o Grupo Gay da Bahia (GGB) foram no Brasil 276 homicídios e 24 suicídios só no ano de 2021, caracterizando assim o Brasil como um dos países que mais matam homossexuais.

Desse modo, o Estado mesmo ciente do grave problema, auxilia na produção dessas mortes com discursos homofóbicos ou mesmo com sua omissão, escolhendo assim quem é o grupo que “deve morrer”.

Por fim, ressalta-se a forte expressão de necropolítica vivenciada no Brasil, no qual auxilia indiretamente nas mortes de pessoas LGBTQ+ e como tais minorias não tem seus direitos fundamentais garantidos e como não tem o mínimo de segurança.

Palavras-chave: necropolítica, homossexual, banalização

Referências

MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 5-71.

BOMFIM, Rainer, SALLES, Victória, BAHIA, Alexandre. Necropolítica Trans: o gênero, cor e raça das LGBTI que morrem no Brasil são definidos pelo racismo de Estado. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 31, 2019, p. 153-170.

GLOBO. Bolsonaro pede desculpas por declaração homofóbica; relembre outras vezes em que se desculpou após falas polêmicas. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2>

020/10/30/bolsonaro-se-desculpa-por-declaracao-homofobica-relembre-outras-vezes-em-que-se-desculpou-apos-falas-polemicas.ghtml. Acesso em: 24 de abril de 2022.

ESTADO DE MINAS. Bolsonaro: 'Ninguém gosta de homossexual, a gente suporta'. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/10/30/interna_politica,1318523/bolsonaro-ninguem-gosta-de-homossexual-a-gente-suporta.shtml. Acesso em: 24 de abril de 2022.

REDE BRASIL ATUAL. Mortes violentas de LGBTQ+ cresceram em 2021 e atingiram pelo menos 300 pessoas. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/02/mortes-violentas-lgbt-cresceram-2021/>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

GLOBO. Nova decisão do TJ-RJ manda recolher livros com temática LGBTQ para o público jovem e infantil que não estejam lacrados na Bienal. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/07/nova-decisao-do-tj-rj-pede-para-recolher-que-livros-com-tematica-lgbt-que-nao-estejam-lacrados-na-bienal.ghtml>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

JOTA. Projetos sobre direitos LGBTQ caducam sem análise no Congresso. Disponível em: <https://www.jota.info/legislativo/projetos-sobre-direitos-lgbt-caducam-sem-analise-no-congresso-28062021>. Acesso em: 06 de maio de 2022.